

Infrastructure in Latin América: a focus on PPPs and Concessions

Tarcila Reis Jordao

Presentación y justificación del curso

The course intends to enable the students to understand the context of private investments in Latin America through Concessions and PPPs, specially as a contractual instrument to develop public policy to overcome the enormous gap in infrastructure. The course will deal with the ecosystem of institutions behind these contracts, such as development banks and advisory consultancy, in order to describe the actors and explain the steps to build up an infrastructure transaction. The discussion of the functioning and content of the contracts will be based on concrete cases, by using examples of different sectors, such as highways, mobility, waste management and social infrastructure. The legal and regulatory elements will be mostly based on the Brazilian, Colombian and Chilean cases, but enriched by the international challenges around the issues.

O curso terá como objetivo a capacitação básica do aluno e da aluna em torno de temas relativos à estruturação de Parcerias Público-Privadas e Concessões. A pergunta central que orienta o curso é Quais devem ser as preocupações de um gestor de projetos de infraestrutura e como enfrentá-las para o seu desenvolvimento com qualidade? Dela deriva um temário diverso que contempla aspectos como a contratação de consultorias para a estruturação de projetos, a apropriação dos conceitos técnicos do campo e suas lógicas subjacentes, a arquitetura institucional necessária para o desenvolvimento e gestão de contratos de concessão e PPPs, o juízo crítico a respeito da distribuição dos riscos contratuais, a compreensão das garantias contratuais, entre outros. Não se deixará de abarcar as tendências e debates acadêmicos a respeito dos desafios dos projetos de infraestrutura, mas o enfoque principal do curso será o contato com fontes primárias dos seus componentes, a exemplo de editais, contratos, resoluções, estudos de viabilidade técnica, pareceres jurídicos, etc. O curso se propõe a veicular forte carga interdisciplinar, passando por aspectos econômicos, gerenciais, socioambientais e jurídicos do projetos. Entretanto, haverá uma inclinação em discutir a atuação de profissionais formados em direito no setor da infraestrutura, permanecendo pertinente e enriquecedora a participação de alunos provenientes de outras formações.

Objetivos (Competencias e Habilidades)

- i. Capacidade de compreender a lógica e conceitos subjacentes às PPPs e Concessões
- ii. Apropriação da sequência e justificativas por trás de todas as etapas de estruturação de um projeto de infraestrutura
- iii. Contato com os principais desafios técnicos e melhores práticas das modelagens

- iv. Mapeamento dos debates e da relevante produção acadêmica no campo da infraestrutura
- v. Desenvolvimento da compreensão do papel do advogado na modelagem e sua interface com os diferentes campos do saber necessários para a execução de projetos de infraestrutura
- vi. Identificação dos agentes influentes à execução de projetos de infraestrutura, governamentais ou não

Metodología

As aulas são fundamentalmente voltadas à capacitação prática do aluno e da aluna para lidar com as diferentes complexidades existentes no desenvolvimento de projetos de infraestrutura. A abordagem terá como cerne a análise de perguntas-chave, que deverão ser consideradas provocadoras do processo de aprendizagem dos alunos diante do grande volume e da alta complexidade dos materiais com os quais irão trabalhar. Ou seja, não se pretende que os alunos se apropriem de todas as informações ou desenvolvam juízo crítico a respeito de todo o conteúdo (editais, contratos, resoluções, etc) aos quais terão acesso. Por outro lado, pretende-se que se utilizem destes materiais para responder, com base concreta, às perguntas. Neste sentido, a metodologia, para este curso, buscará com mais afinco a consolidação e a crítica de modelos robustos e testados, em detrimento do desenvolvimento de soluções inovadoras. Ou seja, ao final do curso, espera-se que os alunos sejam capazes de articular conceitos, ponderar vantagens e desvantagens nas decisões de modelagem e identificar os pontos críticos de um projeto. Porém, os alunos não serão demandados a desenhar novas modelagens ou mecanismos aptos a mitigar os riscos e críticas identificados. Todos os textos obrigatórios e complementares podem ser acessados através do link <http://bit.ly/infra20-1>.

Temário

- i. Políticas Públicas de Infraestrutura: diagnóstico, justificativas e conceitos
- ii. Melhores práticas nas modelagens de PPPs e Concessões
- iii. O papel do profissional do direito no desenvolvimento de projetos de infraestrutura
- iv. Contratação de estudos para estruturação de projetos de infraestrutura
- v. Diferenças e desafios do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e da Manifestação de Interesse Privado (MIP)
- vi. Características dos contratos de PPPs e Concessões
- vii. Matriz de riscos em projetos de infraestrutura
- viii. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato
- ix. Garantias em PPPs
- x. Financiabilidade de projetos de infraestrutura
- xi. Novo marco regulatório das PPPs e Concessões

Critérios de Avaliação

Peso	Avaliação
20%	Participação em sala de aula
40%	Essay
	- Essay sobre uma das perguntas-chave do curso ou outra sugerida pelo aluno ou aluna, desde que aprovada pela professora
40	Prova final
	- Prova sem consulta, com a matéria do semestre cumulativa e oportuno detalhamento dos tópicos que serão cobrados com maior ênfase na prova.

Bibliografía básica

Portugal Ribeiro, Maurício. Concessões e PPPs - Melhores Práticas em Licitações e Contratos. São Paulo: Atlas, 2011.

DELMON, Jeffrey. Public-Private Partnership Projects in Infrastructure – An Essential Guide for Policy Makers. Cambridge University Press, 2017, Second Edition;

Bibliografía suplementar

DELMON, Jeffrey. Private Sector Investment in Infrastructure: Project Finance, PPP Projects and PPP Frameworks. New York: Wolters Kluwer, 2016, Third Edition

DELMON, Jeffrey. Public-Private Partnership Projects in Infrastructure – An Essential Guide for Policy Makers. Cambridge University Press, 2017, Second Edition;

HOFFMAN, Scott (2008) “The Law and Business of International Project Finance”, Third Edition, Cambridge University Press;

NIEHUSS, John M (2014) International Project Finance in a Nutshell, 2nd Edition; West Academic Publishing;

VINTER, Graham, PRICE, Gareth e LEE, David. Project Finance. Sweet & Maxwell, Fourth Edition, 2013

Bibliografía indicada

ALLEN & OVERY, European Expertise Centre, "Termination and Force Majeure Provisions in PPP Contracts", p. 51, disponível em

http://www.allenoverly.com/SiteCollectionDocuments/Termination_Report.pdf.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. "A arbitragem no Direito Administrativo" em Revista da AGU. Brasília. V. 16, n. 3, p. 19-58, jul./set. 2017.

BACHA, Edmar. Prefácio à primeira edição. In OLIVEIRA, Gesner e FILHO, Luiz Chrysostomo. Parcerias Público-Privadas: experiências, desafios e propostas. Rio de Janeiro, Editora LTC, 2014.

CANILAO, Cosete. "**Bankability: more than de-risking projects**", in **Infrastructure and Public-Private Partnership Blog, 2017, disponível em Bankability: More than de-risking projects**).

DEWAR, John - International Project Finance - Law and Practice (2011).

GALÍPOLO, Gabriel Muricca e HENRIQUES, Ewerton de Souza. Rentabilidade e Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato. In MOREIRA, Egon Brockman (Coord.). Tratado do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Ed. Forum, 2ª Edição, 2019, p. 455-472.

GUIMARÃES, Bernardo e CAGGIANO, Heloísa. Prorrogação Contratual e Relicitação nº 13.448/17 - Perguntas e Respostas. In MOREIRA, Egon Brockman (Coord.). Tratado do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Ed. Forum, 2ª Edição, 2019, p.621-632.

HOFFMAN, Scott. The Law and Business of International Project Finance. Cambridge University Press, 2008, pgs. 1-24.

LOPES ENEI, José Virgílio (2016). **Financiamento das Parcerias Público-Privadas: experiências e lições nos primeiros dez anos de vigência da Lei nº 11.079/2004**, Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 15, n. 169, p. 42-49, jan. 2016.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo e LOUREIRO, Caio de Souza. O Equilíbrio Econômico e Financeiro nas Concessões: Dinamismo e Segurança Jurídica na Experiência Brasileira. In MOREIRA, Egon Brockman (Coord.). Tratado do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Ed. Forum, 2ª Edição, 2019, p. 135-158.

MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública: o processo arbitral devido e adequado ao regime jurídico administrativo. Dissertação de Mestrado. Orientador: prof. Carlos Alberto de Salles. FDUSP, 2017.

MINIUSSI, Gabriela (2017) O Advogado e a Estruturação de Projetos de PPP e Concessão, em Direito da Infraestrutura, Vol. 1, GVLaw, p. 196-251, coordenado por Fernando S. Marcato e Mário Engler Pinto Júnior, Saraiva.

NIEHUSS, John. International Project Finance in a nutshell. West Academic publishing, 2015.

PINHEIRO, Armando Castelar. Momento de definição da infraestrutura no Brasil. In OLIVEIRA, Gesner e FILHO, Luiz Chrysostomo. Parcerias Público-Privadas: experiências, desafios e propostas. Rio de Janeiro, Editora LTC, 2014.

REIS, Tarcila e MAIA, Rafael (2017) A Flexibilidade da Estrutura Remuneratória em Projetos de Concessões e PPPs: por que a TIR não é sempre solução? em Revista Brasileira de Direito Público (RBDP), Belo Horizonte, v. 57, p. 187-207.

Reis, Tarcila (2017) Acordo Tripartite: enfrentando os desafios de financiabilidade de projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas no Brasil, in Direito, Instituições e Políticas Públicas – O Papel do Jusidealista na formação do Estado 1 ed. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, p. 403-428.

RHODE, Deborah L. Lawyers as Leaders. 2010 Michigan State Law Review.

RIBEIRO, Maurício. Desapropriações e desocupações em concessões e PPPs: custos, riscos, sensibilidade política e os Princípios do Equador (2013).

SANTOS DE MENDONÇA, José Vicente (2014) A verdadeira mudança de paradigmas do direito administrativo brasileiro: do estilo tradicional ao novo estilo, RDA – revista de direito administrativo, rio de Janeiro, v. 265, p. 179-198, jan./abr. 2014.

SCHWIND, R. W.. Remuneração do Concessionário: concessões comuns e parcerias público-privadas. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. v. 1. 327p.

SUNDFELD, Carlos Ari; MONTEIRO, Vera; ROSILHO, André. A Estruturação das Concessões por Meio de Parceria com Particulares Autorizados (art. 21 da Lei n.º 8.987/95) in Revista de Direito Administrativo, vol. 275. Rio de Janeiro: FGV, mai./ago. 2017, p. 41-66.

Programa Aula a Aula

AULA 11 - 04/06	FINANCIABILIDADE DE PROJETOS DE PPPS E CONCESSÕES
PERGUNTAS DE ORIENTAÇÃO	1) Por que a financiabilidade de Projetos é relevante?
	2) Quais são os conceitos-chave que serão usados?
	3) Financiabilidade é diferente de viabilidade financeira? E riscos financeiros?
Preparação prévia obrigatória (Bibliografia indicada)	JORDÃO, Tarcila Reis. Financiabilidade de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas. Capítulo 1.

Preparação prévia complementar (Bibliografia Suplementar)	VINTER, Graham, PRICE, Gareth e LEE, David. Project Finance. Sweet & Maxwell, Fourth Edition, 2013. Ler Cap. 6.
	. Infracast Episódio #2 - Gabriel Galípolo - https://open.spotify.com/episode/5s0rCCHasjZcm23wUKJaj1?si=m6fPfM29T62D3HpdDDPPcQ .
	. CANILAO, Cosete. “Bankability: more than de-risking projects” , in Infrastructure and Public-Private Partnership Blog, 2017, disponível em Bankability: More than de-risking projects).
	. LOPES ENEL, José Virgílio (2016). Financiamento das Parcerias Público-Privadas: experiências e lições nos primeiros dez anos de vigência da Lei nº 11.079/2004 , Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 15, n. 169, p. 42-49, jan. 2016.

AULA 12 - 04/06	ACORDOS TRIPARTITES EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA
PERGUNTAS DE ORIENTAÇÃO	1) Por que o Acordo Tripartite é necessário?
	2) Por que o Acordo Tripartite não é problemático no Direito brasileiro?
Preparação prévia obrigatória (Bibliografia Indicada)	. Concorrência Internacional 01/2019. Lote rodoviário Piracicaba-Panorama. Anexo VIII - Minuta de Acordo tripartite. Páginas 1-10.
Preparação prévia complementar (Bibliografia Suplementar)	Reis, Tarcila (2017) Acordo Tripartite: enfrentando os desafios de financiabilidade de projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas no Brasil, in Direito, Instituições e Políticas Públicas – O Papel do Jusidealista na formação do Estado 1 ed. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, p. 403-428.

AULA 13 - 11/05	O NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS PPPS E CONCESSÕES
PERGUNTAS DE ORIENTAÇÃO	1) A quem e a quem serve o novo marco regulatório das PPPs e Concessões?
	2) O que sua extensão nos diz?
	3) A proposta trata da consolidação das práticas existentes ou será uma inflexão na infraestrutura brasileira?
Preparação prévia obrigatória (Bibliografia Indicada)	Substitutivo do Relator ao PL 2.892/11 (Lei Geral de Concessões): Caps XVI, XVII e XVIII (p. 65-77).
	. RIBEIRO, Maurício Portugal. Segurança jurídica para investimento privado em infraestrutura e o que não precisa ser mudado nas leis de concessão e PPPs. Agência Infra.
Preparação prévia complementar (Bibliografia Suplementar)	Não há

AULA 14 - 18/06	ARBITRAGEM EM PPPS E CONCESSÕES
PERGUNTAS DE ORIENTAÇÃO	1) Arbitragem na Administração Pública é melhor para quem?
	2) O que pode e o que deveria poder na arbitragem com administração Pública?
	3) "Interesse Público é inegociável". Discuta
Preparação prévia obrigatória (Bibliografia Indicada)	. Decreto 64.356/2019 - Arbitragem na Administração Pública no Estado de São Paulo.
	. Cesar A. Guimarães Pereira. “Arbitragem e a administração pública” na jurisprudência do TCU e do STJ . Arbitragem e poder públicos. Cesar A. Guimarães Pereira, Eduardo Talamini e Aline Lúcia Klein (coord.). São Paulo, Saraiva, 2010.

Preparação prévia complementar (Bibliografia Suplementar)	Alexandre Santos de Aragão. “A arbitragem no Direito Administrativo” em Revista da AGU. Brasília. V. 16, n. 3, p. 19-58, jul./set. 2017.
	. Bruno Lopes Megna. Arbitragem e Administração Pública: o processo arbitral devido e adequado ao regime jurídico administrativo. Dissertação de Mestrado. Orientador: prof. Carlos Alberto de Salles. FDUSP, 2017.